

Jaqueline Rodrigues da Silva

Professora doutora da rede pública estadual de ensino, educação básica;
Formadora de professores (coordenadores/as e gestores/as) pelo Instituto Anísio Teixeira.

Líbia Gertrudes de Melo

Professora Assistente da Universidade do Estado da Bahia (UNEB);
Formadora de professores (coordenadores/as e gestores/as) pelo Instituto Anísio Teixeira.

Maria Avani Nascimento Paim

Professora Assistente da Universidade do Estado da Bahia (UNEB);
Coordenadora e professora do Colegiado de Língua Espanhola e suas Literaturas.

Maria Ionaia de Jesus Souza

Professora Assistente da Universidade do Estado da Bahia (UNEB);
Formadora de professores (coordenadores/as e gestores/as) pelo Instituto Anísio Teixeira.

Rúbia Gertrudes de Melo

Professora da rede particular de ensino, educação básica, da área de Língua Portuguesa,
município de Feira de Santana – Bahia.

*O conhecimento do real é luz que sempre projeta
algumas sombras” Bachelard*

RESUMO

Este texto tem como objetivo discutir conceitos de cultura, compondo um rápido histórico que vai desde a origem do termo na Antiguidade Clássica até os teóricos como Malinowsky (1975), Boas (2004), Geertz (1989), Lévi-Strauss (s/d) e Derrida (2001) na tentativa de entender as mobilidades culturais e identidades polifônicas, comuns na “pós-modernidade”¹ e seu recente entrosamento com a linguística, no que tange à teoria do significado. Para tal intento, como metodologia, adotou-se uma pesquisa bibliográfica, transitando pelos teóricos supracitados e ao conhecimento de Linguística das autoras deste artigo. Ao fazer o exercício de uma retrospectiva que ajude a elucidar o conceito de cultura, procurou propor, a partir de uma “descrição densa”, uma busca do elo perdido: ponto em que a Linguística, equivocadamente, separa-se das Ciências Humanas, tornando-se matéria independente. Propôs-se o diálogo contrastivo entre Saussure e Derrida como caminho possível para estas reflexões e buscas. Concluiu-se que este caminho recuperou o *status* da Linguística neste entrecaminho, à qual dialoga com o princípio da Teogonia, de Hesíodo, que coloca a Memória como a mãe da palavra, materializada pelas nove musas – suas filhas, de ciências

¹ Este termo apresenta algumas controvérsias dentro da Academia, mas aqui ele será usado como signo representativo de uma era de mudança, que começou no final do século XX até os dias de hoje.

diversas e interdisciplinares, e que são conduzidas pelas mãos do Aedo, que as eterniza.

Palavras-chave: cultura; descrição densa; linguística.

INTRODUÇÃO

Este artigo procura refletir e dialogar em diferentes conceitos de cultura, numa tentativa de fazer uma retrospectiva histórica até um momento de encontro entre do que chamo aqui de “elo perdido”, que é o momento em que a Linguística é separada das Ciências Humanas.

O processo de reencontro ocorre apenas no século XX, com Malinovsky e depois com Levi-Strauss. Mas o caráter inicial, genuíno dada à palavra tem sua apoteose com a gramatologia, de Derrida.

Estas reflexões encontraram espaço em discussões sobre as práticas docentes do ensino de linguagens na rede básica de ensino, às quais não levam em conta o valor histórico, quer da língua portuguesa, quer da língua estrangeira e da educação física, em que o ensino descontextualizado não faz o discente refletir sobre o objeto de ensino. Estas práticas se baseiam num ensino dicotômico do certo ou do errado, colocando o ensino das línguas como um lugar de disputa de poderes: de um lado aqueles e aquelas que dominam um conhecimento estruturado, sistemático, universalista e do outro aqueles e aquelas que dominam um conhecimento popular, estigmatizado e local. O objeto do conhecimento não é discutido a partir dos papéis que ocupam os sujeitos e sua importância histórico-social nestas relações de trocas de conhecimentos e experiências.

Por este motivo, este estudo se propõe a refletir sobre a cultura como “uma teia de significações que o próprio ser humano teceu” (*apud* GERTZ, 1989) e sobre as lacunas deixadas pela Linguística Estruturalista nas relações entre significado e significante.

Ao mesmo tempo, este artigo justifica-se com a escrita de várias mãos, seguindo os caminhos dos conceitos aqui apresentando e privilegiando a diversidade de olhares na área da linguagem, através de uma cuidadosa revisão bibliográfica e no respeito às vozes polifônicas dos papéis aqui representados.

Neste caminho, ele está dividido em dois capítulos: Da gênese dos Estudos Culturais, que traz desde a Antiguidade clássica à Antropologia interpretativa e o segundo capítulo, Do estudo do método: em busca do elo perdido, em que apresentamos um possível caminho de reintegração dos estudos linguísticos aos estudos culturais. Por último, resultados e considerações finais sintetizam e arrematam o texto em sua estrutura.

DA GÊNESE DOS ESTUDOS CULTURAIS

Quando se propõe a teorizar sobre a cultura, arrisca-se a não chegar a este fim, pelo menos se se pretende colocar a cultura como um fenômeno

discursivo, levando em consideração as especificidades regionais. Por isso, para não correr este risco, o caminho escolhido será o de primeiro historicizar a cultura, depois situá-la dentro do corpo discursivo da pós-modernidade.

A palavra cultura surgiu entre os romanos e, segundo Sodré (1988, p. 15): “[...] (que vem de *colere*, cultivar) implicava em *cultura animi* (o ato de cultivar o espírito, tal como se fazia com uma planta, por exemplo) uma autoeducação do indivíduo”.

Para situar este histórico da cultura, é importante considerar três momentos, descritos a seguir:

- 1) Surgimento, aproximadamente no século XVIII, da palavra cultura, na Europa, associada ao conhecimento;
- 2) Conflito entre o conceito de civilização e cultura;
- 3) Contribuição alemã para ampliar o conceito de cultura.

Segundo Sodré (1988) o discurso ideológico que fundamentou até o século XX foi voltado à teologia. Neste discurso, o homem é imagem de Deus e esta imagem é construída a partir do modelo europeu (de Deus, dos santos...) e isto afasta os povos classificados por eles como “primitivos”². Outro aspecto é a formação das cidades e o seu crescente desenvolvimento, que iniciou no declínio do feudalismo e se solidificou com a ascensão da burguesia, nos séculos XVII e XVIII. Essa nova classe social – a burguesia –, surgida com a revolução industrial, começou a criticar a nova ordem, até então estabelecida pelo modelo hegemônico.

A Alemanha teve uma formação tardia e, por isso, desenvolveu mais a crítica em relação à ordem, delineada pela visão europeísta.

É com Franz Boas, nos EUA, que surge a ideia de que toda cultura tem uma história particular, por isso existia em todo lugar a difusão dos traços. Esta nova concepção contraria Malinowsky em seu conceito universalista. Por atribuir importância às especificidades, Boas deu início a uma nova definição de cultura e instaurou o particularismo histórico, que passou a priorizar os estudos a partir do trabalho de campo e de uma reconstrução da própria história. Dão-se, então, prioridade aos traços culturais, presentes em cada região, os quais se ligam para construir o conceito geral de cultura.

Assim, um exame crítico do que é válido em geral para toda humanidade e do que é válido especificamente para diferentes tipos culturais torna-se um assunto de grande interesse para os estudiosos da sociedade. Esse é um dos problemas que nos levam a enfatizar em particular o estudo de culturas o mínimo possível relacionadas historicamente com a nossa própria. Tal estudo nos habilita a determinar aquelas tendências que são comuns a todo gênero humano e as que pertencem apenas a

² Aqui o conceito de primitivo não é de primeiro, mas de povos considerados selvagens, como o índio e o negro, na concepção europeia.

sociedades humanas específicas (BOAS, 2004, p. 54).

Ainda segundo Boas (2004) podemos observar em certas atitudes características que são universalmente humanas, o que nos leva a concluir sobre a importância de se estudar estas especificidades a partir de nossa própria cultura.

Boas (2004) também vê a estreita ligação do conceito de raça para se entender a cultura. Segundo ele “(...) Exatamente agora vem-se (*sic*) atribuindo grande ênfase à raça como determinante da cultura” (p. 59). Aqui, percebe-se a forte influência do determinismo que, ao ser tirado da biologia e utilizado dentro da Antropologia, provocou equívocos interpretativos. Um conceito que serviu muito bem para explicar a origem e a evolução biológica dos seres, agora servia como instrumento para propagar a superioridade de algumas “raças”³ em relação a outras. Neste pensamento, todas as culturas funcionariam da mesma forma e se umas, em dado momento, diferenciasssem de outras é porque estariam em estágio evolutivo inferior.

O século XX também presencia o surgimento de outro movimento cultural, a partir dos estudos do antropólogo belga Claude Lévi-Strauss – o estruturalismo. Sua maior inspiração foi a Linguística Estruturalista e ao fazer isso o seu pensamento se desenvolve a partir da ideia que o pensamento humano opera através da oposição. Dentro deste viés, segundo a Antropologia Estrutural, existem elementos universais da atividade do espírito humano, que são irredutíveis e ultrapassam o tempo e o espaço, e perpassam todos os pensamentos humanos. Neste contexto, a cultura se define como um conjunto de signos (tal como a Linguística Estruturalista de Saussure) partilhados e estruturados por princípios universais.

Esta estreita ligação entre a Linguística e a Antropologia na tentativa de definir cultura, já tinha se apregoadado, anos antes, por Malinowski (1975, p. 15) quando ele diz:

A cultura, como o mais amplo contexto de comportamento humano, é tão importante para o psicólogo como para o estudante de Ciências Sociais, tão importante para o historiador como para o linguista. Acredito que a linguística do futuro, especialmente no tocante à ciência do significado, tornar-se-á o estudo da linguagem dentro do contexto da cultura.

Este atual desligamento das ciências humanas e sociais com a linguística tem provocado um grande prejuízo, tanto às primeiras quanto à segunda. Na Antiguidade Clássica havia uma estreita ligação entre os estudos sobre a memória, entendida aqui no âmbito da linguagem, situados nas ciências naturais e nas ciências humanas/sociais, pois, segundo Hesíodo (*apud* TORRANO, 1995), nascida de Gaia, a titã Mnemósine após ter

³ Está destacado, pois está utilizando a mesma terminologia usada por Boas, apesar de não concordar com ela.

passado nove noites com o deus-pai Zeus dá a luz às nove palavras cantadas, às quais Hesíodo denomina de Musas. A memória, portanto, é mãe da palavra. O poeta, que canta às musas, recebe como uma possessão divina de Mnemósine para transpor ao presente as histórias do passado. Portanto, a Linguística, representada pelo aedo que canta as musas e as conduz, comunica-se estreitamente com a História, a Psicologia, a Biologia (pois Gaia é a deusa Terra e de todos os seres que há) e, por consequência, a Antropologia.

Na segunda metade do século XX, surge o fundador de uma das vertentes da antropologia contemporânea, cujas ideias causaram impacto não só na antropologia, mas também em outras áreas, como a Psicologia, a História e a Teoria Literária – Clifford Geertz – que ao discordar dos estudos tradicionais da Antropologia, que achava excessivamente abstrato, criou um novo método, dando início a Antropologia Interpretativa.

Ao abordar sobre a concepção de uma nova ciência que formule uma teoria geral que explique todas as coisas, Geertz (Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura, In: 1989) propõe, em oposição a isto, uma teoria mais específica e limitada para conceituar cultura. O autor, porém, é comedido em dizer que a teoria de Tylor, que trata do “todo mais complexo”⁴, confunde muito mais que esclarece.

Em seguida, ainda no mesmo texto (p. 16), Geertz aponta os onze conceitos que Kluckhohn aborda em 27 páginas do seu capítulo sobre cultura. Ele critica o ecletismo, pois explica que há muitos caminhos e é preciso escolher um.

Para Geertz (1989) o conceito de cultura deve encontrar caminho na semiótica, acreditando, como Weber, “que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu” (*apud* GEERTZ, 1989, p. 16) e nesta concepção a cultura constitui estas teias e a sua análise, portanto, não aparece como ciência experimental, mas ciência interpretativa.

Geertz (1989) também explica que para compreender o que é ciência tem-se que ver o que os praticantes desta ciência fazem – no caso da antropologia os praticantes fazem etnografia – e ao compreender o seu funcionamento se compreende como se desenvolve esta mesma ciência. Ao mesmo tempo ele nos chama a atenção para:

Segundo a opinião dos livros-textos, praticar etnografia é estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário, e assim por diante. Mas não são essas coisas, as técnicas e os processos determinados, que definem o empreendimento. O que define é o tipo de esforço intelectual que ele representa: um risco elaborado para uma “descrição densa”, tomando emprestada uma noção de Gilbert Ryle (GEERTZ, 1989, p.4).

⁴ Destaque feito pelo autor na p. 3 (GEERTZ, 1989).

Para ilustrar a etnografia, Geertz cita o exemplo de um garoto que pisca a pálpebra do olho direito, resultado de um tique nervoso; de outro que pisca voluntariamente como conspiração ao amigo; e um terceiro que imita o segundo garoto para divertir maliciosamente os amigos. Então, ele denomina as três categorias, respectivamente, como o que tem o tique nervoso, o piscador e o imitador.

Na ótica behaviorista, o que seria registrado é que os três, segundo Geertz (1989), estão contraindo a pálpebra direita. Para Ryle (*apud* GEERTZ, *idem*, p. 5) esta seria uma análise totalmente artificial e a descrição densa seria “a farsa de um amigo imitando uma piscadela para que um inocente ache que há uma conspiração em andamento”.

Geertz (1989) classifica o exemplo acima como de descrição densa, pois para a análise, em questão, é necessário escolher as estruturas de significação, o que soa parecido com a decifração de códigos. É aqui que ele confirma o conceito de que a cultura é pública, atribuindo a ela as ações humanas, vistas como simbólicas.

Quando Geertz conceitua esta descrição densa para a cultura, critica conceitos que coloca a cultura como superorgânica ou padrão bruto de acontecimentos e aponta que a fonte desta desordem na antropologia contemporânea é que “(...) a cultura (está localizada) na mente e no coração dos homens”, citando Goodenough (*apud* GEERTZ, 1989, p.8).

Para reforçar a afirmação anterior, Geertz expõe conceitos de cultura dentro de uma escola chamada de etnocêntrica, análise componencial ou antropologia cognitiva, como estruturas psicológicas⁵ e como aquilo que alguém tem que saber ou acreditar para ser aceito pelos seus membros.

Quando ele expõe que para exercitar a etnografia é preciso entender os comportamentos, não como estranhos, mas como sendo um deles, dos nativos, mostra que o objetivo da antropologia é o alargamento do universo do discurso humano e novamente conceitua cultura, não como poder, mas como contexto em que algo pode ser descrito “(...) de forma inteligível – isto é, descritos com densidade” (p. 10) e acrescenta mais adiante “(...) ver as coisas do ponto de vista do ator (...)” (GEERTZ, 1989).

Com isso, ele afirma que os textos antropológicos são interpretações de segunda e terceira mão, quer dizer que a interpretação original, no sentido de primeira mão, seria a do nativo, pois é sua própria cultura. Então, estes textos são “(...) “algo construído”, “algo modelado” (...)” (1989, p. 24) verdadeiras ficções, mas que não quer dizer falsas. Aqui entra o papel da literatura. O fato é representado de forma alegorizada na literatura. Então, o fato é visto por Geertz como verdadeiro e a literatura é a invenção do fato. Mas ele chama a atenção que o que está aqui em conta, nesta análise, não é se uma descrição seja verdadeira ou falsa, mas se ela é densa e diferencia uma piscadela de um tique nervoso, retomando a alegoria usada neste texto, por Geertz.

Outro aspecto importante é que, ainda segundo o autor, na análise

⁵ De indivíduos e de grupos.

cultural a “(...) coerência não pode ser o principal teste de validade de uma descrição cultural” (*idem*, p.13). Isto quer dizer “(...) A força das nossas interpretações não pode repousar (...) na rigidez com que elas se mantêm ou na segurança com que são argumentadas” (p. 13).

Mais uma vez Geertz chama a atenção sobre a importância do contexto na interpretação antropológica, quando diz: “(...) se a interpretação antropológica está construindo uma leitura do que acontece, então divorciá-la do que acontece (...) é divorciá-la das suas aplicações e torná-la vazia” (1989, p. 13).

Entendendo o trabalho do etnógrafo, segundo Geertz, entender-se-á a interpretação antropológica, que não depende do lugar, mas do contexto em que as relações se estabelecem num momento e que são registradas por ele (o etnógrafo).

Na página 27 (1989) o autor cita Ricoeur para explicar a pergunta: “o que a escrita fixa?” Na citação, Ricoeur, em linhas gerais, explicita que o que é escrito é o “(...) significado do acontecimento de falar, não o acontecimento como acontecimento”, pois o acontecimento não envolve simplesmente a fala, mas um conjunto de recursos, que nem sempre são capturados pelo observador. Em seguida, Geertz, a partir disso, lança outra questão: “o que faz o etnógrafo?” e em resposta ele diz “ele escreve”.

A análise cultural é (ou deveria ser) uma adivinhação dos significados, uma avaliação das conjeturas, um traçar de conclusões explanatórias a partir das melhores conjeturas e não a descoberta do Continente dos Significados e o mapeamento da sua paisagem incorpórea (GEERTZ, 1989, p. 27).

É preciso, porém, alerta Geertz, que numa análise cultural não se caia no erro de ver o outro como a si próprio, porque é visto como etnocêntrico, pois “(...) qualquer tentativa de ver o que ela é em termos diferentes do seu próprio é vista como travesti – como etnocêntrico, o termo mais severo do antropológico para o abuso moral” (p. 30).

Neste contexto, ele propõe alguns conceitos na tentativa de definir cultura e esta ciência interpretativa da cultura. Para isso, utiliza o termo “inscrição” para a descrição densa e “especificação” para a diagnose. Alerta-nos da importância de que a teoria ofereça um vocabulário específico que expresse o que o ato simbólico tem a dizer, em outras palavras, a importância da cultura na vida dos homens. Por isso ele define: “No estudo da cultura, os significantes não são sintomas ou conjuntos de sintomas, mas atos simbólicos ou conjuntos de atos simbólicos e o objetivo não é a terapia, mas a análise do discurso social” (p. 31).

Neste caminho, o autor coloca a teoria cultural como um “recado

numa garrafa”⁶. A cada momento que se aprofunda a análise, ela se torna mais incompleta e densa.

No conceito semiótico de cultura e numa abordagem interpretativa é preciso entender que se trata, segundo Geertz, de uma visão “essencialmente contestável” (p. 33). Estudar estas formas simbólicas é, ainda segundo o Geertz, compreender que elas estão estritamente ligadas aos acontecimentos sociais e a ocasiões concretas. E a análise dessas dimensões simbólicas “(...) não é afastar-se dos dilemas da vida em favor de algum domínio empírico de formas não-emocionalizadas; é mergulhar no meio delas” (1989, p. 21).

A discussão sobre o conceito de cultura, na visão de Geertz, perpassa sobre uma polissemia cultural, no qual nela devem estar as vozes polifônicas dos informantes.

A contribuição de Geertz para os estudos culturais é como uma revolução de muitas ideias que perduraram por séculos, arrastando e construindo estereótipos e influenciando os estudos linguísticos e sistemas de ensino. Pensar no papel do etnógrafo como aquele que escreve em segunda mão, e que precisa levar em conta o ator principal de sua pesquisa, é abrir possibilidades de se questionar os papéis ocupados e a função social que suas pesquisas possam repercutir.

DO ESTUDO DO MÉTODO: EM BUSCA DO ELO PERDIDO

A partir deste momento de discussão é importante esclarecer algumas epistemologias, dentro da linguística, para entender a atual e crescente preocupação desta área ao estudo da cultura. Cada dia, esta ligação sobre o estudo da linguagem, especialmente, como apregoa Malinowski, no âmbito do significado, tem aberto as fronteiras de discussão sobre a “pós-modernidade” e esta condição plástica que a cultura tem adquirido, impulsionando a relevância nos estudos voltados à crítica literária e cultural. Portanto, serão levados em conta aqui aspectos que foram considerados, pelos estudiosos, como um marco de revolução dos estudos linguísticos.

Nascido em Genebra, Ferdinand Saussure instaurou, a partir de seus estudos e anotações de aula – transformado em livro póstumo por seus alunos – o estruturalismo ou análise estruturalista. Ao contrário dos estudos até então discutidos e que privilegiava o estudo da linguagem a partir de seu enfoque histórico, diacrônico e gramatical, Saussure prioriza aspectos sincrônicos e coloca a Semiologia – termo criado por ele – a serviço da ciência linguística. A semiologia seria então o estudo do signo, na sua condição binária: significado e significante.

Este modelo linguístico levou muitos estudiosos a desenvolverem trabalhos, utilizando esta análise estrutural, como o foi o caso de Bloomfield,

⁶ O grifo é do autor (GEERTZ, 1989), mas também pode se relacionar com a história contada por U. Eco (2005, p. 28-29) retirada de *Mercury: Or, the Secret and Swift Messenger* (1641) por John Wilkins.

linguista norte-americano.

Inspirado por seu professor Zellig Harris, discípulo de Boas, Chomsky desenvolveu um modelo gerativo transformacional que até hoje influencia vários pesquisadores.

Não podemos esquecer-nos de outros nomes que, a partir da década de 1980, desenvolveram enfoques pragmáticos, funcionais e cognitivos, como Halliday, Langacker, Benveniste e Golberg. No final do século XX, surge a linguística experimental a partir dos estudos das línguas “umonani” e “uiraka” por Jairo Galindo, linguista brasileiro. Seus estudos repercutem até hoje, século XXI.

Anteriores a Saussure, é importante citar também estudiosos que deram uma guinada conceitual sobre os estudos linguísticos. Graças a descoberta do juiz Sir William Jones, que formulou a hipótese da origem comum do sânscrito com as línguas europeias – o proto-indo-europeu –, que antigos paradigmas etnocêntricos e eurocêntricos sobre a origem das línguas e da cultura como fonte única das civilizações grego-romanas caíram por terra, juntamente com padrões vistos, até então, como fixos e verdadeiros.

É mister ressaltar que os estudos de Franz Boas, voltados para análise linguística, influenciaram muitos linguistas, desde Sapir, Jakobson até as pesquisas mais recentes sobre esta análise semiótica estrutural, que coloca os estudos culturais dentro do âmbito da ciência do significado.

Neste contexto, Geertz (1989), com sua guinada semiótica e o próprio Umberto Eco (2005) prepararam o terreno para a maior revolução linguística do nosso século: a dissociação do significante e do significado que, segundo Saussure, constituem as duas faces do signo. Este movimento deve-se a Jacques Derrida, pensador francês, que se tornou conhecido com a palavra desconstrução.

Ao discordar do conceito binário do signo saussuriano, Derrida explica que existe significado sem significante e, ao contrário de seu idealizador, o signo não deve ser visto nesta condição tão simplória. Saussure, ao priorizar os estudos do significado não dá conta da pragmática e esta lacuna que para muitos pode parecer insignificante, constitui os indícios necessários para a construção de uma teoria mais complexa. É nestes espaços, entre escrita e fala, que Derrida estabelece o conceito de *differance* “[...] nenhum elemento pode funcionar como signo sem remeter a um outro elemento, o qual, ele próprio, não está simplesmente presente” (2001, p. 32).

Fazendo uma relação sobre o papel do etnógrafo, na visão de Geertz, o linguista precisa, numa investigação cultural, levar em conta todos os pormenores, os rastros, ouvindo as vozes polifônicas, não como mero observador, mas como coparticipante de uma interacionalidade, sem perder de vista o seu papel de decifrador de símbolos, de sinais e de rastros.

Derrida nos dá a chave. Se cada ação humana implica em diferentes caminhos e bifurcações, o estudo da cultura neste âmbito linguístico, deve seguir o signo, nas suas múltiplas implicações, observando, não só o que é representado oralmente, mas o conjunto de sinais que vão desde o gesto, o

contexto, as pausas, os sons e os ruídos até os mínimos gestos que os sentidos materiais não podem alcançar.

Esta nova disciplina, a crítica cultural, dentro da grande área da linguística, reflete uma reação contra a noção antiga de oposição entre cultura e língua; cultura e símbolo; cultura e representações.

E isto nos sinaliza para um método de investigação, colocando a sala de aula como lugar de estudos e reflexões e o discente como agente construtor e reconstrutor de sua história. Este espaço já foi discutido nos postulados da história da educação, mas aqui o que se propõe é trazer este arcabouço teórico para contribuir na escolha da pesquisa, dos instrumentos e da atuação do professor-etnógrafo, que não é apenas o pesquisador-observador, mas participante e imerso no processo de ensino e aprendizagem.

Então, este artigo não se esgota por aqui, pois o objetivo deste não era trazer uma pesquisa em andamento, mas reflexões a partir de uma revisão bibliográfica apurada para fins de uma tomada de direção que coloca o ensino de línguas, rumo a um estudo pós-crítico.

RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS

À guisa de conclusão e resultados, surge uma questão a ser pensada até aqui: Como aplicar tais conhecimentos de uma antropologia investigativa, de uma Linguística não dicotômica, mas polifônica, que leve em consideração a *différance* e que situe o educador como investigador e pesquisador de sua sala de aula?

Praticamente todas as problematizações que envolvem a escola passa pela formação do professor, já que ele é o agente mediador da prática de ensino e aprendizagem. Na área de linguística especificamente, o professor tem o papel extremamente relevante: ele necessita do conhecimento linguístico, competência comunicativa e do conhecimento da situação sociolinguística da comunidade em que atua. Este é o primeiro caminho para a resposta.

O segundo caminho seria como se percebe este conhecimento didático, principalmente na área que trazemos em discussão aqui, a de linguagem. Em relação à língua portuguesa, o que o discente traz de conhecimentos sobre a língua materna? Que outras/outra variantes ele faz uso e o que elas representam dentro do seu contexto sócio-histórico? A este respeito, é função da escola garantir a inserção da língua normativa, sem perder de vista a importância das variedades regionais. Ao receber alunos sem este conhecimento da gramática normativa é obrigação da instituição escolar apresentá-lo, o que, de forma alguma significa substituir a variedade linguística praticada pelo(a) educando(a), mas como mais uma variante de uso específico para determinadas situações comunicativas.

O mesmo se aplica aos conhecimentos em Língua Estrangeira. Adequar um método de ensino adequado à aprendizagem de uma segunda língua é garantir a inserção e inclusão na escola destes sujeitos com histórias

de vida diversas. Não se trata aqui de banir conteúdos, mas adequá-los ao contexto, privilegiando sempre o lugar da interação.

Lança-se mão do seguinte questionamento: o professor é portador desses conhecimentos? Por isso este texto se inscreve como questionador da postura do professor como mero transmissor de conhecimentos. A vivência de sala de aula é momento privilegiado de exercitar a pesquisa, a reflexão, a reconstrução e o diálogo entre todos os agentes envolvidos. As novas bases metodológicas sinalizam para a tematização da prática e da dupla conceitualização como lugares privilegiados de estudar, conceituar, praticar e reconstruir cotidianamente o que se está sendo compartilhado no ambiente escolar.

Privilegiar uma variante, em detrimento de outras, expressões corporais e artísticas como legítimas e representando o belo é segregar, estigmatizar, individualizar o currículo, como aconteceu com a cultura, a exemplo de Boas (2004) que via a estreita ligação do conceito de raça para se entender a cultura, dando “ênfase à raça como determinante da cultura” (p. 59). Estes equívocos interpretativos levaram os estudos a uma concepção de cultura que ainda hoje deixou vestígios, difíceis de tirar.

Estar aberto a estas questões é se permitir assumir o papel, mencionado anteriormente no corpo deste texto, como professor-etnógrafo, fazendo de sua prática um eterno devir.

Assim como a área de linguagem, um novo conceito de cultura está se delineando neste início de século e oscila entre diferentes áreas, mas não se mantém fixa, ao contrário, é plástica, movediça, híbrida e transita em mão dupla: sob o signo e a descrição densa.

REFERÊNCIAS

BOAS, Franz. Alguns problemas de metodologia nas ciências In: *Antropologia Cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004. pp. 53-66.

DERRIDA, Jacques. *Posições*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

ECO, Umberto. *Interpretação e superinterpretação*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa. Por uma teoria interpretativa da cultura. In: *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC. 1989. pp. 13-41.

LÉVI-STRAUSS, Claude. História e etnologia. In: *Antropologia Estrutural* 1. 4. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, s/d. pp. 13-41.

MALINOWSKI, Bronislaw. Uma teoria científica da cultura. Caps. I, IV, VII, X. In: *Uma teoria científica da cultura*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975. pp. 13-16; 42-47; 69-75; 84-113.

SODRÉ, Muniz. *A verdade seduzida*. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

TORRANO, Jaa. *Teogonia – a origem dos deuses, de Hesíodo*. 3. ed. São Paulo: Iluminuras, 1995.